

As condições e a organização do trabalho de professoras de escolas públicas

Mônica Rafaela de Almeida
Mary Yale Neves

Franciecirly Alexandre dos Santos
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar as condições e a organização de trabalho de professoras da rede pública do município de João Pessoa (PB). Para tanto, utilizou-se uma abordagem pluridisciplinar: ergonomia da atividade e psicodinâmica do trabalho, sob a ótica das relações sociais de gênero. Ao longo da investigação, foram realizadas observações da atividade e formaram-se comunidades ampliadas de pesquisa. No que diz respeito às participantes dessa investigação, contou-se com a colaboração de quarenta profissionais distribuídas entre três escolas. Com base na análise do material produzido, constatou-se que os principais motivos de inserção profissional dessas trabalhadoras na educação são profundamente marcados pelas relações sociais de gênero e condições socioeconômicas. Verificou-se ainda a discrepância entre trabalho prescrito e o trabalho real. Porém, percebeu-se que, apesar das dificuldades encontradas nas situações de trabalho, as professoras, por intermédio do uso de suas sensibilidades e criatividade, desenvolvem diversas formas de regulação da atividade, dando novas formas ao trabalho e inventando diferentes maneiras de articular-se a ele.

Palavras-chave: professoras; condições de trabalho; ensino público; psicodinâmica do trabalho; gênero.

WORKING CONDITIONS AND ORGANIZATION OF TEACHERS OF PUBLIC SCHOOLS

Abstract: This paper aims at analysing working conditions and organization of public basic school teachers in João Pessoa (PB). To do so we departed from a multidisciplinary approach: activity ergonomics and psycho-dynamics of working under a gender social relations viewpoint. Alongside this research we made use of activity observation and formed communities expanded search. In regard to the research participants, a group of forty professionals from three different schools collaborated with the investigation. When it comes to the analysis of the produced data, we observed that the main reason why these professionals chose the educational workfield is deeply rooted in gender social relations and socio-economic conditions. We also verified certain discrepancies between the job description and the work actually done by these professionals. However, it was noticed that despite the difficulties encountered in work situations, the teachers through the use of their sensitivity and creativity, develop various forms of regulation of the activity, giving new ways to work and inventing different ways to link to it.

Keywords: teachers; working conditions; public education; psychodynamics of work; gender.

CONDICIONES Y ORGANIZACIÓN DEL TRABAJO DE PROFESORAS EN ESCUELAS PÚBLICAS

Resumen: El objetivo de este estudio es el análisis de las condiciones y organización del trabajo de profesoras de escuelas públicas de la ciudad de João Pessoa (PB). Se utilizó un enfoque pluridisciplinario: ergonomía de la actividad y psicodinámica del trabajo, desde la perspectiva de las relaciones sociales de género. A lo largo de la investigación, fueron hechas observaciones de la actividad y organización comunidades ampliadas de búsqueda. Con respecto a los participantes, contribuyeron cuarenta profesionales distribuidos en tres escuelas. El análisis constató que la motivación para la inserción profesional de estas trabajadoras ocurre a partir de las relaciones sociales de género y de las condiciones socioeconómicas.

Además, existe discrepancia entre trabajo prescrito y trabajo real. Sin embargo, se observó que a pesar de las dificultades que encuentran en situaciones de trabajo, los profesores mediante el uso de su sensibilidad y creatividad, desarrollan las diversas formas de regulación de la actividad, dando nuevas formas de trabajar e inventar maneras de vincular a ella.

Palabras clave: professoras; las condiciones de trabajo; educación pública; psicodinámica del trabajo; género.

Introdução

No Brasil, a situação de professores e professoras caracteriza-se historicamente por insuficiente formação inicial, baixos salários e precárias condições de trabalho, o que tem favorecido um processo de extrema precarização docente, com sérias implicações na qualidade do trabalho (BRITO; ATHAYDE; NEVES, 2003; GASPARIANI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; NEVES; SELIGMANN-SILVA, 2006; MARIANO; MUNIZ, 2006; NORONHA; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2008).

Em pesquisas já realizadas, verificou-se que o trabalho docente é fortemente marcado por relações sociais, como de gênero, que são produzidas historicamente (NEVES; SELIGMANN-SILVA, 2001). A divisão sexual do trabalho reservou às mulheres espaços que reproduzem características similares às atividades realizadas na esfera doméstica, os quais são vistos como desqualificados e desvalorizados (HIRATA, 2002; KERGOAT, 1996). Outro aspecto observado é a inadequação do espaço escolar e insuficiência de materiais, já que os investimentos governamentais voltam-se mais para a garantia do aumento do número de alunos e diminuição formal da evasão escolar. Nesse sentido, garante-se a permanência física e formal do alunado nas escolas, porém não são dadas condições adequadas para que os professores realizem um trabalho de qualidade (NEVES, 1999; BRITO; ATHAYDE; NEVES, 2003; VASCONCELOS, 2005; OLIVEIRA, 2003).

Assim, as atividades desempenhadas pelas professoras em condições precárias de trabalho e o achatamento salarial vêm afetando igualmente a qualidade dos serviços prestados por essas trabalhadoras, que, para o suprimento de suas necessidades, se desdobram em duplas ou triplas jornadas de trabalho. Nesse sentido, justifica-se a relevância deste estudo para a produção de conhecimento científico e para o movimento dos educadores em busca de melhores condições de trabalho, pois contribui para a compreensão do trabalho docente, no sentido de promover práticas transformadoras que viabilizem a realização de um trabalho em ambientes adequados e satisfatórios.

Desse modo, a presente pesquisa teve como principal objetivo analisar as condições e a organização de trabalho de professoras¹ do ensino fundamental da rede pública do município de João Pessoa (PB). Além disso, delineou-se como objetivos específicos estudar as variabilidades existentes no trabalho das professoras e as estratégias de regulação da atividade dessas trabalhadoras.

¹ Ao se falar de professores de escolas públicas municipais, serão utilizados adjetivos, pronomes e outras classes gramaticais no feminino, uma vez que o ensino fundamental se apresenta ocupado fundamentalmente por mulheres.

Para subsidiar a compreensão do objeto de estudo, foram utilizados pressupostos teóricos da ergonomia da atividade e da psicodinâmica do trabalho, já que se entende que, resguardadas as suas diferenças, essas abordagens trazem uma visão complementar acerca da atividade de trabalho em geral.

A ergonomia da atividade é entendida como o estudo da adaptação do trabalho ante as características dos indivíduos, de forma que essa adaptação traga conforto, bem-estar, qualidade, produtividade, segurança e bom desempenho nas atividades de trabalho (GUÉRIN et al., 2004). Ela procura apreender as relações dos indivíduos com as situações de trabalho, na tentativa de compreender as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para minimizar ou limitar as condições patogênicas (DANIELLOU; LAVILLE; TEIGER, 1989).

A ação ergonômica da atividade é direcionada por três eixos: a segurança dos indivíduos e dos equipamentos, a eficácia e o conforto dos trabalhadores nas situações de trabalho. Assim, essas intervenções levam em consideração, implícita ou explicitamente, modelos de sociedade e de homem que consideram as várias dimensões: biológica, cognitiva, psíquica e social (WISNER, 1994). A análise das situações de trabalho, na perspectiva da ergonomia da atividade, remete às noções de trabalho prescrito e de trabalho real.

Essa abordagem sinaliza que, em toda situação de trabalho, existe uma defasagem entre o trabalho prescrito e o trabalho real na realização da atividade. Na situação real, os trabalhadores recorrem às suas experiências a fim de se antecipar às variabilidades (técnicas e humanas) que surgem no fazer da atividade. Estas não foram previstas ou catalogadas no ato de prescrição do trabalho e requerem do trabalhador o uso de seu corpo e de sua mente, de uma engenhosidade, de modos operatórios, para que ocorra as constantes regulações do trabalho a fim de atingir os objetivos fixados. Assim, o trabalho passa a ser entendido não apenas como a realização da tarefa prescrita, mas focalizada na atividade humana (DANIELLOU, 2004; WISNER, 1994).

Nesse sentido, o conceito de atividade se torna fundamental, pois remete a uma interação entre o sujeito que trabalha e o seu ambiente. A atividade de trabalho é a confluência entre os componentes pessoais, organizacionais e tecnológicos de um processo de trabalho (ATHAYDE, 1996; FERREIRA, 2000).

A ergonomia da atividade procura compreender o trabalho e intervir nele, buscando otimizar a qualidade e a eficiência econômica, promulgando melhorias nas condições de trabalho. Ou seja, a ergonomia da atividade tem se constituído em uma abordagem importante na apreensão da problemática que envolve o campo do trabalho e, associada a outras ferramentas, contribui para a melhoria das condições de trabalho de homens e mulheres que desenvolvem sua atividade laboral (GUÉRIN et al., 2004).

A psicodinâmica do trabalho aponta para as relações intersubjetivas como lugar central de análise do trabalho, sendo a organização do trabalho não mais percebida em sua rigidez, mas sim decorrente desse constante movimento entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivamente realizado (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994; DEJOURS, 1997; LANC-MAN; SZNELWAR, 2004).

Diante das variabilidades encontradas em toda atividade real, os sujeitos realizam uma colaboração entre si, dando novas formas ao trabalho e inventando diferentes maneiras de articular-se a ele para evitar provocar incoerências e incompreensões entre os

trabalhadores. Para isso, constroem determinados “contratos sociais” entre si que garantam a produtividade e o reconhecimento pelo seu trabalho. Esses acordos são construídos e constituídos nas forças propulsoras das relações de confiança, estabelecidas no âmbito das organizações de trabalho, bem como na consecução das atividades. Essa cooperação consiste em um grau suplementar na complexidade e integração do trabalho. Trata-se da vontade das pessoas de trabalharem juntas e de ultrapassarem coletivamente as contradições emergentes das organizações de trabalho (DEJOURS, 2008; LANCMAN; SZNELWAR, 2004).

O trabalho exige dos trabalhadores inventividade, criatividade, até mesmo engenhosidade. Ele mobiliza uma inteligência prática (ou astuciosa, ardilosa), uma inteligência em ação, produzida no exercício do próprio trabalho. É uma forma de inteligência que passa pela solicitação dos sentidos, exigindo uma experiência prévia da situação de trabalho, acrescentando o novo ao já conhecido (ATHAYDE, 1996). A inteligência prática, entretanto, somente se torna possível a partir do momento em que os trabalhadores compartilham regras e estabelecem laços de confiança e de cooperação. Esses componentes encontram-se interligados, pois os laços de confiança dependem dos requisitos psicoafetivos como o desejo de cooperação e o estabelecimento de valores e regras (éticos) comuns a todos (LANCMAN; SZNELWAR, 2004).

Nesse sentido, pode-se perceber que o homem não é, necessariamente, passivo diante da rigidez das regras e da relação hierárquica, mas é capaz de reagir e organizar-se mental, afetiva e fisicamente, investindo sentido em sua relação com o trabalho, o qual tem relação com sua história passada, suas experiências afetivas anteriores, além de suas expectativas atuais (DEJOURS, ABDOUCHELI, 1994).

Assim, com o intuito de compreender as condições e a organização do trabalho de professoras, serão apresentadas a seguir a metodologia utilizada na pesquisa e a análise dos materiais produzidos.

Método

Participantes

Participaram desta investigação quarenta professores, sendo 33 mulheres e sete do sexo masculino, com idade média de 41,4, variando de 23 a 63 anos. Todos provenientes de três escolas do ensino público fundamental do município de João Pessoa (PB).

Instrumentos

A operacionalização deste estudo foi desenvolvida por meio da adoção de diferentes instrumentos metodológicos, entendendo-se que só assim seria possível se aproximar das peculiaridades desse objeto de estudo, já que essas diferentes técnicas se complementam na medida em que cada uma, com suas particularidades, procura a identificação dos elementos que estão presentes em dada situação de trabalho. Como instrumentos de produção de dados, utilizaram-se observações sistemáticas da atividade e a constituição

de *comunidades ampliadas de pesquisa* (Caps), todas realizadas no interior das escolas, em um espaço previamente acordado.

A observação da atividade se realizou por meio do contato direto dos pesquisadores com o fenômeno observado, a fim de obter informações sobre a realidade das docentes em seus próprios contextos de trabalho. De acordo com a referência metodológica da ergonomia da atividade (GUÉRIN et al., 2004), que é marcada pela análise da atividade no curso da ação, utilizaram-se dois tipos de observação: assistemática e sistemática. As observações assistemáticas ocorreram principalmente nas primeiras visitas às escolas e possibilitaram a interação com as trabalhadoras. Buscou-se realizar essas observações em momentos diferenciados, com o objetivo de ter uma percepção maior dos acontecimentos envolvidos no dia a dia das professoras.

As observações sistemáticas (levantamento de informações com objetivos mais precisos) foram realizadas no intuito de conseguir um delineamento mais detalhado da atividade das trabalhadoras. Realizaram-se doze observações sistemáticas, que ocorreram em duas manhãs e duas tardes em cada uma das três escolas participantes da pesquisa. Os deslocamentos das trabalhadoras foram acompanhados e anotados na medida em que os fatos aconteciam. No Quadro 1, observam-se as variáveis coletadas.

Quadro I. Roteiro de observações sistemáticas

Número da observação:

Dia: ____ / ____ / ____

Escola:

Nome e função do(a) professor(a):

Hora Local	Atividade	Ações	Verbalizações

Após a realização das observações sistemáticas da atividade, foram constituídas três comunidades ampliadas de pesquisa (Caps), uma em cada escola investigada. As Caps se desenvolvem por meio de encontros com um pequeno número de trabalhadores e pesquisadores que intervêm procurando focalizar e aprofundar a discussão de uma temática. Para Neves, Athayde e Muniz (2004), as Caps possibilitam a construção de espaços mais adequados à apreensão da complexidade que envolve o trabalho, uma vez que as relações de trabalho se dão coletivamente e não isoladamente. Para isso, elaborou-se um roteiro de questões-temas, cujo objetivo foi garantir que determinadas problemáticas acerca das condições de trabalho nas escolas fossem apresentadas e discutidas.

Promoveram-se, em cada uma das três escolas, cinco encontros com duração de uma hora cada e com a participação média de dez professoras de cada escola e duas pesquisadoras, mestrandas, devidamente treinadas. No primeiro encontro, foi apresentada e discutida a proposta de pesquisa; no segundo e terceiro encontros, ocorreram as discussões das questões-temas; no quarto, realizou-se a validação dos dados produzidos nos encontros (julgamento coletivo pelo qual o grupo confirma ou refuta as análises realizadas com base nos elementos produzidos durante as discussões e acrescenta outras questões que possam surgir durante o processo); e, no quinto encontro, houve a devolução dos dados produzidos por essas discussões. Para o registro das discussões, fez-se o uso de dois gravadores e diários de campo contendo notas descritivas e reflexivas das impressões do coletivo de pesquisadores acerca do trabalho desenvolvido.

Procedimentos

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba. Após aprovação do comitê (Protocolo CEP/CCS n. 63/07), seguiram-se as disposições contidas na Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos.

Posteriormente, com objetivo de escolher as escolas que participariam desta investigação, alguns critérios foram utilizados, visando a uma melhor estratégia de entrada no campo de pesquisa. O primeiro critério foi o da voluntariedade, isto é, só participariam do estudo as escolas cujas direções aceitassem a realização da pesquisa. E, dentro dessas escolas, foram incluídas, na investigação, apenas as professoras que aceitaram voluntariamente participar. Outro critério adotado foi que as escolas tivessem uma localização geossocial diferenciada na cidade de João Pessoa. Assim, a realização da pesquisa nas escolas foi efetivada após a anuência da direção-geral de cada escola contatada.

Análise de dados

Nesta pesquisa, utilizou-se a análise temática de conteúdo, que se refere a um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com o propósito de obter indicadores que permitam entender os conhecimentos relativos às condições de produção/recepção. Esses indicadores se formam dentro de categorias por meio da integração de um conjunto diverso e, às vezes, contraditório de indicadores em uma nova dimensão explicativa, sem com isso precisar reduzir o conteúdo a categorias concretas restritivas (LAVILLE, DIONNE, 1999; MINAYO, 2004).

Trata-se de um procedimento de decomposição e recomposição das informações construídas durante a pesquisa, para extrair sua significação em torno de unidades ou zonas de sentido, por meio de uma inter-relação que o pesquisador estabelece entre o conjunto de indicadores e o contexto do grupo estudado (LAVILLE, DIONNE, 1999).

Vale salientar que a leitura e análise do material foram realizadas por duas pesquisadoras que participaram do processo de condução das discussões, mais um pesquisador externo (a orientadora desta pesquisa).

Resultados e discussão

Formas de inserção das professoras nas escolas

A opção pela docência parece marcada por múltiplas nuances que se tornam mais visíveis quando se analisam as condições culturais, econômicas e sociais das pessoas que entram no magistério (NEVES; SELIGMANN-SILVA, 2001; LOURO, 1997). As professoras que participaram desta investigação sinalizam para alguns dos motivos da sua inserção no magistério: a vocação profissional, a ausência de alternativas profissionais e a necessidade econômica. A inserção na docência é percebida por essas trabalhadoras como uma escolha que se deu por uma vocação, opção pessoal e individual, livre de influência de fatores externos e valores sociais. Mas, de acordo com Neves (1999), o termo vocação pode mascarar vários tipos de determinações que condicionam a “opção” profissional, na medida em que tais determinações passam por um processo de acomodação e racionalização, acabando por se expressar como um dom ou gosto pelo que se faz. Além disso, segundo a autora, o processo de socialização influencia na forma como homens e mulheres se relacionam com seus trabalhos, bem como com suas escolhas profissionais. A seguir, apresentamos alguns depoimentos das participantes da pesquisa:

Eu sempre gostei desde criança [...] e quando criança eu sempre brincava de professor e sempre eu colocava um livro nas mãos das minhas bonecas.

[...] a minha vocação de ser professora é de berço, pois minha família toda é de professores, então eu iniciei minha carreira profissional em outras áreas, mas depois eu percebi que ser professor era o que eu queria.

Assim, percebe-se que as professoras, ao atribuírem o motivo de sua inserção à vocação, parecem ignorar ou negar determinantes econômicos, sociais e culturais que atravessam a “escolha” do magistério. De acordo com Brito, Athayde e Neves (2003), dentro de um campo (limitado) de possibilidades de trabalho no qual estão inseridas essas profissionais, a entrada delas no magistério, em vez de se dar por vocação, pode representar, na verdade, a ausência de outras possibilidades, em termos de formação profissional. As participantes do corrente estudo sinalizaram para o magistério como “opção” possível à inserção profissional e por necessidades econômicas.

A maioria dos professores que a gente vê lá na universidade começa na profissão de empurrão, porque não tem nenhuma outra opção [...] ou eu escolhia uma área ou passava fome. Foi necessidade financeira.

Eu fiz o curso de edificações [...] e assim eu me vi perdida totalmente [...] eu estava insatisfeita, porque nem eu conseguia estágio e nem emprego, fiquei apavorada e eu passei um ano sem fazer nada da minha vida, sem saber nem como era que ia ficar. Aí me veio a ideia de fazer o pedagógico, daí foi que eu entrei na educação.

Assim, por meio dessas falas, pode-se perceber que a opção dessas profissionais pela docência se deu, entre outros motivos, por esta ser a “única” alternativa viável para que pudessem ingressar no mercado de trabalho.

Condições e organização do trabalho

Diversas pesquisas (NEVES, 1999; BRITO; ATHAYDE; NEVES, 2003; VASCONCELOS, 2005; NORONHA; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2008) têm mostrado que a realização da atividade das professoras vem sendo profundamente afetada e limitada pelo contexto educacional atual, bem como por dificuldades encontradas em seus locais de trabalho. Esse quadro tem contribuído para uma baixa qualidade do trabalho.

Em uma das escolas pesquisadas, as professoras relatam que, apesar de o espaço físico da escola ser grande, não existe um local adequado para uma sala de professores, em que as trabalhadoras possam se concentrar antes das aulas e trocar experiências entre si. O local existente é um espaço pequeno, a ponto de as docentes não conseguirem permanecer juntas na sala.

[...] A gente chega à escola e não encontra um espaço em que você possa ficar sozinho hoje em dia.

[...] aqui o docente não tem direito a um espaço pra ele ir passar o intervalo, para quando chegar na escola se encontrar [...].

De fato, a inadequação da estrutura física parece limitar os espaços de trocas e interação na escola entre as profissionais. Segundo Dejours (1993), a existência de espaços públicos internos (de interação) é um dos fatores essenciais para uma boa organização do trabalho, na medida em que o encontro entre as trabalhadoras facilita o reconhecimento entre os pares e a construção de identidades e produção de sentido no trabalho. Consequentemente, a carência de um maior contato e comunicação entre as professoras torna-se um obstáculo na busca da solução de problemas e espaços de criação, terminando por dificultar a produtividade e a qualidade do trabalho (NEVES, 1999; NEVES et al. 2007).

As docentes de outra escola investigada apontam que não existe uma quadra para as atividades de educação física e um espaço para os alunos ficarem durante os intervalos. Como as aulas de educação física têm sido no pátio da escola, que fica ao lado de algumas salas de aula, o ruído dos alunos tem dificultado o desenvolvimento das aulas de outras turmas.

Em relação às outras condições de trabalho, as professoras das três escolas mostram-se insatisfeitas e sinalizam que trabalham precariamente, as turmas são muito grandes, as salas pequenas, o que compromete a realização das atividades com os alunos.

Se as escolas fossem mais apropriadas, as salas mais limpas e o número de alunos menor, o trabalho seria com mais qualidade [...].

Não temos recursos para muitas atividades [...] essa escola já foi reformada várias vezes e ainda não possui um espaço físico adequado [...]. Uma das professoras dá aula dentro de uma biblioteca. Isso gera um desconforto muito grande. Além de que tira toda a atenção dos alunos. O entra e sai dos outros alunos na biblioteca dificulta ainda mais o aprendizado dos alunos.

De acordo com Vasconcelos (2005), muitos docentes sentem-se limitados pela falta de material e pela carência de recursos para adquiri-los, e, em razão disso, eles se submetem à rotina escolar, pois não acreditam mais em mudanças em seu trabalho. Corroborando essa perspectiva, as professoras das três escolas revelam-se insatisfeitas e referem-se induzidas a trabalhar precariamente e quase que exclusivamente com o livro didático, o quadro e o pincel. De acordo com as trabalhadoras, mesmo quando há outros materiais, o uso destes é mínimo por causa da falta de informação das professoras, do mau funcionamento desses materiais e/ou da dificuldade de acesso a eles.

[...] Tem os computadores [...], mas eu não dou aulas frequentes na sala de informática por causa da dificuldade do acesso, porque é necessário um técnico de informática e nesse turno não tem.

A máquina de xérox, às vezes ela funciona, mas muitas vezes quebra na época de provas e a gente fica sem a máquina para fazer a xérox para os alunos. E são duas ou três semanas pra consertar, porque tem que vim alguém da Secretaria de Educação.

Observou-se ainda que mais da metade das professoras (60%) trabalhava em outras escolas. Essa alta porcentagem pode ser um indicativo de uma necessidade de complementação de renda familiar por meio de outros vínculos, o que parece evidenciar a baixa remuneração dessas profissionais. Isso tem sérias implicações na qualidade do trabalho, pois pode gerar uma sobrecarga, já que as docentes se desdobram em duplas ou triplas jornadas de trabalho.

Atualmente, as escolas contam com equipes pedagógicas formadas pelos chamados técnicos da educação, a saber: supervisores escolares, psicólogos, assistentes sociais e orientadores educacionais. A inserção desses profissionais na educação se deu com o intuito de fornecer aos alunos um acompanhamento biopsicossocial e de oferecer às professoras subsídios para a realização de suas atividades, por meio de planejamentos e assistências. As participantes desta pesquisa revelaram-se insatisfeitas com o trabalho dessas equipes pedagógicas.

Nós temos supervisores de ensino, orientadores educacionais, psicólogos e assistentes sociais. Todas as escolas têm esses profissionais, mas eles estão atrás do professor para saber se o diário está em dia e quando aparece. Na verdade, eles têm toda aquela bagagem e formação, e não agem conforme ela.

A insatisfação em relação à equipe pedagógica se dá por esta ser considerada ineficaz. Essa ineficácia é atribuída à falta de número suficiente de funcionários, bem como à ausência de um projeto que articule professores e técnicos no sentido de solucionar problemas e incorporar novas formas de educar. Esses dados vão ao encontro do estudo de Neves (1999), que chama atenção para o fato de a maioria das professoras que participaram do seu estudo ter sinalizado para uma falta de integração com a equipe técnica, fazendo alusão a certa omissão e despreparo, bem como, paradoxalmente, ao fato de essa equipe exercer (em alguns casos) certo controle sobre seu trabalho.

Nas escolas pesquisadas, as professoras parecem ter uma autonomia limitada ao espaço da sala de aula. Elas têm autonomia no que se refere ao planejamento de suas aulas, desde que estas sejam realizadas em sala. Em relação às atividades extraclasse ou à utilização de espaços, materiais e instrumentos da escola, as limitações são várias. A direção e os técnicos parecem controlar a utilização dos espaços e recursos da escola.

A gente recebe a orientação que diz o que pode ou não fazer, mas a gente é livre na sala de aula.

Liberdade a gente tem, mas falta o apoio. Liberdade a gente tem, porque ninguém pode proibir suas ideias.

As normas e a indicação de procedimentos, desde que não inviabilizem a realização do trabalho de forma adequada, são importantes. De acordo com Guérin et al. (2004), a prescrição é necessária, mas não é capaz de abarcar as variabilidades de uma atividade de trabalho.

[...] não gosto de fazer nada que não seja previamente organizado, que não haja assim um planejamento antes e que deixe as coisas claras como a água.

Assim, a prescrição é indispensável para a realização do trabalho, mas a flexibilidade também é fundamental para que as trabalhadoras sejam capazes de regular seus modos operatórios (maneiras de trabalhar) no sentido de uma gestão das variabilidades. De acordo com Dejours (1993), um trabalho equilibrante é aquele que permite uma flexibilidade ou o livre funcionamento diante da tarefa (prescrição).

A atividade das professoras: entre o prescrito e o real

De acordo com a ergonomia da atividade (DANIELLOU; LAVILLE; TEIGER, 1989; WISNER, 1994; GUÉRIN et al., 2004), em toda situação de trabalho existe uma defasagem entre o trabalho prescrito (tarefa) e o trabalho real (atividade). Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as professoras têm como tarefa: participar do desenvolvimento da proposta pedagógica da escola, elaborar e cumprir planos de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola, zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos com menor rendimento, ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, realizar as avaliações bimestrais, proporcionar o desenvolvimento do alunado, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, e executar as atividades de regência de classe. Assim, compete à direção inserir o funcionário de acordo com as necessidades da escola, desde que a função esteja no âmbito de suas habilidades e competências.

Entretanto, segundo as professoras, no cotidiano de trabalho há a realização de outras atribuições que não lhes foram prescritas, como: orientar os alunos quanto a comportamento, postura e educação na sociedade; ser amigo, psicólogo e mãe dos alunos;

ajudar na preparação de festas para os alunos em datas comemorativas, como confeccionar lembrancinhas e possuir o denominado “controle de turma”.

[...] além das informações básicas das nossas disciplinas, a gente educa muito os alunos com relação a outros papéis, na própria sociedade: comportamento, como ele deve falar, a educação. A gente tem que fazer o papel de professor, de mãe, de amiga, e conversar mesmo com eles.

Eu acho o seguinte, antes de planejar qualquer coisa, a gente tem que conhecer a história de vida deles e lembrar que a aula não é necessidade do professor, é necessidade da turma [...] eu tive que trabalhar, uma semana, receita na sala de aula porque eu tenho umas alunas que são empregadas domésticas. A gente não vai só de acordo com o que a secretaria manda, pois é diferente dentro da sala.

Nessas falas, observa-se a existência de uma defasagem entre o trabalho prescrito e o trabalho real, aquele que de fato é realizado, ou seja, a atividade. Essa distância, segundo Guérin et al. (2004), é a manifestação concreta da contradição sempre presente no ato de trabalho, entre “o que é pedido” e “o que a coisa pede”.

Estratégias de regulação no trabalho das professoras

Pôde-se observar, principalmente pelas observações sistemáticas, que, na atividade de trabalho das professoras participantes da pesquisa, existe uma defasagem entre o trabalho prescrito e o trabalho real (a atividade). Nesse sentido, é importante observar as variabilidades presentes nessas situações de trabalho. Segundo Guérin et al. (2004), elas podem ser de cunho técnico e humano. A variabilidade técnica é representada por disfunções no maquinário e nos instrumentos de trabalho. Já a variabilidade humana, que pode ser interindividual ou intraindividual, é decorrente da relação do indivíduo com seu trabalho e seus colegas.

A gente dá o conteúdo, e se a maioria da turma mostra que realmente não foi suficiente para a aprendizagem, então eu tenho que rever meu planejamento semanal e dar ênfase nas dificuldades, pois não adianta eu seguir em frente se num teve aprendizagem dos alunos, eu vou ter que manter aquele assunto para a turma.

Desse modo, constata-se que as trabalhadoras utilizam-se de estratégias de regulação diante das variabilidades na realização de suas atividades, de forma que essas estratégias possibilitem conforto, bem-estar, segurança e bom desempenho (DANIELLOU; LAVILLE; TEIGER, 1989; WISNER, 1994; GUÉRIN et al., 2004), tais como: antes do início das aulas, a maioria delas medita um pouco para se tranquilizar e se conscientizar da bagunça e desinteresse dos alunos; uso do diálogo para facilitar o bom relacionamento entre pais, alunos, direção e professor; fazem planejamentos antes das aulas; buscam o controle de turma para que se possa realizar a aula.

Segundo Neves (1999), o chamado “controle de turma” diz respeito à organização das condições de ensino em sala de aula e tem por objetivo atenuar o esforço e a paciên-

cia necessários para lidar com o “barulho, níveis diferenciados de aprendizagem, entre outros fatores” (p. 229). O domínio de sala de aula foi definido pela maioria das professoras como a habilidade de gestão de atividades pedagógicas, o que implica manter ambiente propício e favorável ao processo ensino-aprendizagem, demandando da professora esforço e discernimento específicos. Para tanto, recorrem à estratégia de dinamizar as aulas (uso da sua criatividade) para que os alunos possam aprender mais e melhor: cantam e rezam com os alunos para acalmá-los quando estão agitados; realizam uma atividade mais leve após o intervalo, porque os alunos vêm muito agitados; e chegam à escola um pouco antes para recebê-los na sala, proporcionando-lhes um acolhimento e aconchego.

Antes de entrar na sala, eu penso: vou entrar na sala, colocar os meninos no lugar, espero que todo mundo vá pro seu lugar, ter uma forma de controlá-los e mantê-los sentados e depois dar a aula.

Em relação aos imprevistos, você tem que ter jogo de cintura. Você prepara algo e não dá pra você fazer do jeito que você planejou, mas você faz de outra forma. Eu gosto muito de cantar em sala de aula com eles, eu não sou artista, mas eles adoram. Eu rezo e canto.

O cronograma de atividades do professor varia muito de acordo com a turma [...] há o quadro de atividades diárias, didáticas do livro [...] e o que os alunos trazem de casa sobre as suas realidades [...] essas atividades são variadas. E como somos polivalentes, é variado o trabalho. Não há uma regra.

Com base nesses depoimentos, pode-se perceber que a atividade das professoras, como toda atividade de trabalho, é marcada por imprevistos, que demandam estratégias que regulem suas condições de trabalho e proporcionem o desempenho de suas atividades da melhor maneira possível.

O professor é palhaço e artista ao mesmo tempo, artista porque nós somos tudo. O artista ele prepara tudo pra que dê certo. Vai depender dele o teatro. Aí no teatro o artista vai traduzir o palhaço lá. Vai brincar, vai falar, vai cantar, vai fazer isso, aquilo [...].

[...] após o recreio, a gente realiza alguma outra atividade mais leve, porque a gente só tem uma hora de aula e também eles vêm muito agitados do recreio e num dá para fazer uma coisa que chame mais a atenção deles, porque num tem condições [...].

Eu chego à escola um pouquinho antes da aula para recebê-los na sala, uns 15 minutos ou 20 minutos antes. Eu sempre estou antes na sala para dá o acolhimento, o aconchego, porque assim às vezes eles querem conversar alguma coisa e a gente está ali para isso [...].

Essas variabilidades trazem ao trabalho características próprias de cada momento. E, para dar conta dos objetivos do trabalho, diante das variabilidades existentes num tempo e lugar determinado, as trabalhadoras servem-se dos meios disponíveis ou inventam outros meios, possibilitando, assim, a visibilidade das estratégias de regulação. Nes-

se sentido, observou-se que as professoras realizam algumas escolhas durante o curso da ação, ajustando a organização prescrita do trabalho para se efetivar como trabalho real, recorrendo à mobilização da inteligência astuciosa, da inventividade, da regulação e da iniciativa (DEJOURS, 1993).

Considerações finais

Esta pesquisa buscou analisar as condições e a organização de trabalho de professoras de escolas públicas municipais do ensino fundamental do município de João Pessoa (PB), por intermédio de um conjunto de abordagens e instrumentos que se completam e ampliam a compreensão de tais situações de trabalho.

Pôde-se perceber, por meio desta investigação, a importância da incorporação das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho para entender os espaços escolares, que são ocupados majoritariamente por mulheres, na medida em que tais atividades são historicamente consideradas femininas.

Verificou-se ainda a forma como se evidencia a discrepância entre o trabalho prescrito e o real, apontada por Guérin et al. (2004). Essas trabalhadoras se veem diante de uma prescrição incapaz de prever a diversidade de situações com as quais deparam no cotidiano das escolas. Para tanto, desenvolvem diversas formas de regulação da atividade, dando novas formas ao trabalho e inventando diferentes maneiras de articula-se a ele. No que diz respeito às condições e à organização do trabalho, as professoras mostram-se insatisfeitas e sinalizam que trabalham precariamente, o que dificulta a realização de um trabalho de qualidade.

Observou-se também que as professoras se sentem limitadas pela falta de recursos materiais e de uma equipe pedagógica efetiva, o que tem repercutido negativamente na qualidade do ensino. Tais queixas apontam para a gravidade das dificuldades encontradas diante da precariedade das situações de trabalho dessas profissionais.

Pontua-se, de outro modo, que o trabalho desenvolvido por professoras de escolas públicas municipais pessoenses está longe de se configurar como um trabalho simples, repetitivo e monótono, seja pela complexidade inerente a qualquer atividade humana, seja pela engenhosidade, inteligência e criação constantemente recorridas pelas trabalhadoras para tornarem suas práticas cotidianas um lugar possível de reinvenção do mundo e acabamento de si. Esses movimentos se expressaram pelas formas de regulação encontradas no decorrer de suas atividades. Além disso, pôde-se observar que ser professora exige uma capacidade relacional, que se caracteriza por uma produção de conhecimento que permite o desenvolvimento de competências e a mobilização de conhecimentos compartilhados socialmente, como mostra a pesquisa de Soares, Naiff e Fonseca (2009).

As trabalhadoras que participaram desta pesquisa engendram uma heterogeneidade de procedimentos para dar conta das demandas de seu ofício, criando formas de gestões cotidianas e avaliando as prescrições de suas tarefas, operacionalizando as ações baseadas na eficiência/eficácia de suas atividades e de suas regras profissionais, para que alcancem os objetivos de qualidade, produtividade, segurança e saúde no traba-

Iho. Enfim, espera-se que este estudo contribua para a produção de conhecimento e, acima de tudo, de práticas transformadoras que viabilizem melhores condições de trabalho das professoras.

Referências

ATHAYDE, M. R. C. **Gestão de coletivos de trabalho e modernidade**. Questões para a engenharia de produção. 1996. Tese (Doutorado)–Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BRITO, J.; ATHAYDE, M.; NEVES, M. Y. **Cadernos de textos: programa de formação em saúde, gênero e trabalho nas escolas**. João Pessoa: Universitária, UFPB, 2003.

DANIELLOU, F.; LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 17, n. 68, 1989.

DANIELLOU, F. **A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos**. São Paulo: Edgar Blücher, 2004.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

_____. **Trabalho, tecnologia e organização: avaliação do trabalho submetida à prova do real**. São Paulo: Edgard Blucher, 2008.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C. et al. (Coord.). **Psicodinâmica do trabalho**. Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C. Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. In: HIRATA, H. (Org). **Sobre o modelo japonês** (p. 281-309). São Paulo: Edusp, 1993.

DEJOURS, C. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANC-MAN, S.; SZNELWAR, L. (Org). Christophe Dejourns. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho** (p. 47-104). Rio de Janeiro: Fiocruz, Paralelo 15, 2004.

FERREIRA, M. C. Atividade, categoria central na conceituação de trabalho em ergonomia. **Revista Alethéia**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 11, p. 71-82, 2000.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

GUÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo – a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Bomtempo, 2002.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.) **Gênero & saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARIANO, M. S. S.; MUNIZ, H. P. Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase do ensino fundamental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2006.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MUNIZ, H. P. **A gestão do tempo de permanência do paciente de neurocirurgia no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho**. 2000. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- NEVES, M. Y. **Trabalho docente e saúde mental**: a dor e delícia de ser (tornar-se) professora. 1999. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- NEVES, M. Y.; ATHAYDE, M.; MUNIZ, H. Notas sobre saúde mental e trabalho docente a partir de uma investigação com professoras de escolas públicas. In: FIGUEIREDO, M. et al. (Org.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 302-321.
- NEVES, M. Y.; SELIGMANN-SILVA, E. Trabalho docente: precarização e feminização de uma prática profissional. In: BRITO, J. et al. **Trabalhar na escola? Só inventando o prazer**. Rio de Janeiro: Ipub-Cuca, 2001.
- _____. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 19-49, 2006.
- NEVES, M. Y. et al. Comunidade ampliada de pesquisa: pesquisadores e trabalhadores/as de escolas públicas colocam seus saberes em sinergia na busca da promoção da saúde a partir dos locais de trabalho. In: KRUTZEN, E. C.; VIEIRA, S. B. (Org.). **Psicologia social, clínica e saúde mental**. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.
- NORONHA, M. M. B.; ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, n. 1, p. 65-85, 2008.
- OLIVEIRA, T. S. **O sentido do trabalho para professoras da primeira fase do ensino fundamental de João Pessoa – PB**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.
- SOARES, A. B.; NAIFF, L. A. M.; FONSECA, L. B. Estudo comparativo de habilidades sociais e variáveis sociodemográficas de professores. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 35-49, 2009.
- VASCONCELOS, A. C. L. **O trabalho e a saúde mental de professoras do ensino fundamental de João Pessoa – PB**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

WISNER, A. **A inteligência no trabalho**: textos selecionados em ergonomia. São Paulo: Fundacentro, 1994.

Contato

Mary Yale Neves

Departamento de Psicologia

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro – RJ

CEP 24220-900

e-mail: myale@uol.com.br

Tramitação

Recebido em novembro de 2009

Aceito em abril de 2010